

**BATALHA DO CUITO CUANAVALÉ: DA DISTENSÃO POLÍTICA AO DESAFIO
ECONÓMICO REGIONAL**

*BATTLE OF CUITO CUANAVALÉ. FROM POLITICAL DÉTENTE TO REGIONAL ECONOMIC
CHALLENGE*

*BATALLA DE CUITO CUANAVALÉ. DE LA DISTENSIÓN POLÍTICA AL DESAFÍO ECONÓMICO
REGIONALE*

*BATAILLE DE CUITO CUANAVALÉ. DE LA DÉTENTE POLITIQUE AU DÉFI ÉCONOMIQUE
RÉGIONAL*

AUTOR

ISSAU CAMACOZA

<https://orcid.org/0000-0003-4950-2784>

Doutor. O Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais-Angola

Igeopolitico@gmail.com

DATA DA RECEPÇÃO: Setembro, 2023 | DATA DA ACEITAÇÃO: Abril, 2024

RESUMO

A Batalha do Cuito Cuanavale, ocorrida entre 15 de Novembro de 1987 e 23 de Março de 1988, é o acto bélico final de uma série de ataques e contra-ataques entre as Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA), aliadas ao contingente Militar Cubano e às Forças de Defesa da África do Sul (SADF), aliadas à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), no corredor entre as regiões de Mavinga e Cuito Cuanavale, no Sul de Angola. Dada a vigência do período de co-existência pacífica essencialmente entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), bem como da prevalência dos realinhamentos ideológico-políticos e militares dos EUA com a África do Sul do *Apartheid* e a UNITA, e a URSS com a República Popular de Angola, o clima de desanuviamiento internacional, assim como o êxito final da batalha determinarão a alteração do *status quo* na região Austral, por meio dos Acordos Tripartidos de Nova Iorque assinados a 22 de Dezembro de 1988 entre os Governos de Angola, de Cuba e da África do Sul. No entanto, a transformação da Organização de Unidade Africana (OUA) em curso desde finais da década de 1990 e a aposta de África na integração regional e continental no sentido da promoção do desenvolvimento, para a região Austral isto só será possível tendo em conta o desanuviamiento político e a estabilidade política trazidos pelo desfecho da batalha. Através do método histórico, da contextualização, da técnica de revisão da literatura e análise dos documentos institucionais pretendemos analisar a correlação existente entre a distensão política internacional e/ou regional e os seus efeitos, *a posteriori*, na integração económica regional, com realce para descrição de alguns desafios económicos que enfrenta a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Palavras-chave: Cuito Cuanavale; distensão; desenvolvimento; económico; regional

ABSTRACT

The Battle of Cuito Cuanavale, which took place between November 15, 1987 and March 23, 1988, was the final act of war in a series of attacks and counter-attacks between the Popular Forces for the Liberation of Angola (FAPLA), allied to the Cuban military contingent, and the South African Defense Forces (SADF), allied to the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA), in the corridor between the regions of Mavinga and Cuito Cuanavale, in southern Angola. Given the period of essentially peaceful co-existence between the United States (USA) and the Soviet Union (USSR), as well as the prevalence of the ideological-political and military realignments of the USA with Apartheid South Africa and UNITA, and the USSR with the People's Republic of Angola, the climate of international détente, as well as the final success of the battle, determined a change in the status quo in the southern region through the New York Tripartite Agreements signed on December 22, 1988 between the governments of Angola, Cuba and South Africa. However, the transformation of the Organization of African Unity (OAU), which has been underway since the late 1990s, and Africa's commitment to regional and continental integration in order to promote development, will only be possible for the southern region given the political détente and political stability brought about by the outcome of the battle. Using the historical and contextualization method and the technique of literature review and analysis of institutional documents, we intend to analyse the correlation between international and/or regional political détente and its subsequent effects on regional economic integration, with an emphasis on describing some of the economic challenges facing the Southern African Development Community (SADC).

Keywords: Cuito Cuanavale; distension; development; economic; regional

RESUMEN

La Batalla de Cuito Cuanavale, que tuvo lugar entre el 15 de noviembre de 1987 y el 23 de marzo de 1988, fue el último acto de guerra de una serie de ataques y contraataques entre las Fuerzas Populares para la Liberación de Angola (FAPLA), aliadas al contingente militar cubano, y las Fuerzas de Defensa Sudafricanas (SADF), aliadas a la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), en el corredor entre las regiones de Mavinga y Cuito Cuanavale, en el sur de Angola. Dado el período de coexistencia esencialmente pacífica entre los Estados Unidos (EE.UU.) y la Unión Soviética (URSS), así como la prevalencia de los realineamientos ideológico-políticos y militares de los EE.UU. con la Sudáfrica del Apartheid y la UNITA, y de la URSS con la República Popular de Angola, el clima de distensión internacional, así como el éxito final de la contienda, determinaron un cambio del statu quo en la región sur a través de los Acuerdos Tripartitos de Nueva York firmados el 22 de diciembre de 1988 entre los gobiernos de Angola, Cuba y Sudáfrica. Sin embargo, la transformación de la

Organización para la Unidad Africana (OUA), en marcha desde finales de la década de 1990, y el compromiso de África con la integración regional y continental para promover el desarrollo, sólo serán posibles para la región del Sur gracias a la distensión política y la estabilidad política que trajo consigo el resultado de la batalla. Utilizando el método histórico y de contextualización y la técnica de revisión bibliográfica y análisis de documentos institucionales, pretendemos analizar la correlación entre la distensión política internacional y/o regional y sus efectos posteriores en la integración económica regional, haciendo hincapié en la descripción de algunos de los retos económicos a los que se enfrenta la Comunidad para el Desarrollo del África Austral (SADC).

Palavras-chave: Cuito Cuanavale; distensão; desarrollo; económico; regional

RESUMÉ

La bataille de Cuito Cuanavale, qui s'est déroulée entre le 15 novembre 1987 et le 23 mars 1988, a été le dernier acte de guerre d'une série d'attaques et de contre-attaques entre les Forces populaires de libération de l'Angola (FAPLA), alliées au contingent militaire cubain, et les Forces de défense sud-africaines (SADF), alliées à l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA), dans le corridor entre les régions de Mavinga et de Cuito Cuanavale, dans le sud de l'Angola. Compte tenu de la période de coexistence essentiellement pacifique entre les États-Unis et l'Union soviétique (URSS), ainsi que de la prédominance des réalignements idéologico-politiques et militaires des États-Unis avec l'Afrique du Sud de l'apartheid et l'UNITA, et de l'URSS avec la République populaire d'Angola, le climat de détente internationale, ainsi que le succès final de la bataille, ont déterminé un changement du statu quo dans la région méridionale par le biais des accords tripartites de New York signés le 22 décembre 1988 entre les gouvernements de l'Angola, de Cuba et de l'Afrique du Sud. Cependant, la transformation de l'Organisation de l'Unité Africaine (OUA), en cours depuis la fin des années 1990, et l'engagement de l'Afrique en faveur de l'intégration régionale et continentale afin de promouvoir le développement, ne seront possibles pour la région méridionale qu'avec la détente politique et la stabilité politique apportées par l'issue de la bataille. En utilisant la méthode historique et de contextualisation et la technique de la revue de la littérature et de l'analyse des documents institutionnels, nous nous proposons d'analyser la corrélation entre la détente politique internationale et/ou régionale et ses effets ultérieurs sur l'intégration économique régionale, en mettant l'accent sur la description de certains des défis économiques auxquels est confrontée la Communauté de développement de l'Afrique australe (SADC).

Palavras-chave: Cuito Cuanavale; détente; développement; économique; régional

1.INTRODUÇÃO

A Batalha do Cuito Cuanavale foi a última dos inúmeros confrontos militares directos entre as forças regulares de Angola aliadas às forças cubanas e às forças sul-africanas, em apoio ou em aliança com a UNITA. A ocorrência desta batalha entre 15 de Novembro de 1987 e 23 de Março de 1988 na província do Kuando Kubango, situada na fronteira Sul

com a Namíbia, revela a relevância estratégica atribuída pelo *Apartheid* àquela região desde antes da proclamação da independência de Angola, visto que funcionava como região-tampão, com vista a neutralizar as operações militares da SWAPO e o estabelecimento da frente militar do ANC contra o regime do apartheid, considerada pela África do Sul como grupo terrorista, assim como os demais movimentos de libertação nacional na região.

A assinatura dos Acordos de Nova Iorque a 22 de Dezembro de 1988, entre os Governos de Angola, de Cuba e da África do Sul, garantiu a actuação da fórmula de *Linkage*, que condicionava a saída das tropas sul-africanas de Angola e da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola. Esta fórmula vinha sendo defendida, pelo menos, desde a Administração Carter, mas muito mais durante a Administração Reagan.

Os efeitos práticos trazidos pelo desfecho da batalha foram a actuação da Resolução 435/78, a proclamação da independência da Namíbia, em 1990, a aceleração do fim do *Apartheid* na África do Sul, que garantiram à ascensão do ANC ao poder, sob liderança de Nelson Mandela. Contudo, a nível de Angola, os acordos não trouxeram desanuviamento político interno, à medida em que a UNITA não foi signatária, e os encontros de Gbadolite e de Harare, ambos de 1989, não trouxeram a paz interna.

Assim, num contexto africano caracterizado por mudanças organizacionais, a decisão da OUA de se transformar em União Africana, e a aposta na integração continental e regional como meios de promoção do desenvolvimento económico auto-sustentado, a distensão em curso naquele período na região permitiram a criação da SADC em 1992? Se sim, quais os desafios económicos que enfrenta a região, hoje, 32 anos após o nascimento da SADC?

Sublinha-se que este artigo não se destina a analisar a Batalha do Cuito Cuanavale em si, mas pretende apenas perceber se existe alguma correlação *a posteriori* entre o fim da referida batalha, a integração económica e os eventuais desafios económicos que emperram, ainda, o desenvolvimento económico da região Austral.

2.METODOLOGIA

Assim, de modo sucinto, este artigo propõe-se a analisar, por meio do método histórico e da contextualização (Oliveira, 2022), da técnica de revisão da literatura e análise dos documentos institucionais, a correlação existente entre a distensão política internacional e/ou regional e os seus efeitos, *a posteriori*, na integração económica regional, com realce para descrição de alguns desafios económicos que enfrenta a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Trata-se de um artigo baseado na investigação científica de base, essencialmente do tipo qualitativo (Mette, 2010), embora com recurso à análise da técnica estatística (Agostinho, 2018) dos dados obtidos das fontes institucionais.

3.CONTEXTO INTERNACIONAL ANTECEDENTE À BATALHA DO CUITO CUANAVALÉ

A nível das relações internacionais, a Batalha do Cuito Cuanavale teve lugar num contexto caracterizado por desanuviamento, à medida em que a Guerra Fria começou em 1946-1947, com a recusa do plano Marshall pela União Soviética, e terminou em 1962, com a crise de mísseis em Cuba (Pascoal Boniface, 1997), seguindo-se desanuviamento por etapas, incluindo a da “co-existência pacífica entre 1963 e 1989” (p.171). Com efeito, em termos directos assiste-se a um desanuviamento faseado entre os EUA e a URSS.

Esta tendência do desanuviamento internacional, pelo menos em termos directos entre as duas potências mundiais, acontece num contexto em que, quer a sociedade civil, quer o congresso estado-unidenses, premiam para o fim do intervencionismo militar dos Estados Unidos, visto o debacle no Vietname. Contudo, em termos indirectos assistiu-se ao aumento de *proxy wars* envolvendo actores ou Estados apoiados alternativamente por ambos. A escalada de conflitos regionais ou nacionais – como se pode constatar de seguida – neste período deriva, em parte, do efeito da transladação de conflitos das zonas principais para as zonas marginais, como da visão da Administração Nixon, segundo a qual “A URSS agirá sempre no seu próprio interesse. E os Estados Unidos farão outro tanto. O desanuviamento nada poderá aí mudar. Tudo o que se pode esperar do desanuviamento é que dirija a confrontação nas zonas marginais e forneça pelo menos alternativas nas principais” (Boniface *et al.*, 1997, p.84).

No geral, os países vistos como zonas marginais vinham “inseridos numa complexa teia em que se entremeavam os interesses geopolíticos das potências mundiais e dos respectivos blocos, as disputas entre os parceiros menores em busca da consolidação das hegemonias regionais e as tensões existentes em cada uma dessas sociedades” (Da Silva, 2004, p.418), alguns dos quais provenientes, inclusive, antes da fase da co-existência pacífica.

Do conjunto dos principais conflitos de baixa e de alta intensidade combatidos em zonas tidas marginais constam, para além da Batalha do Cuito Cuanavale, pelo menos, os seguintes:

1. A Guerra do Vietname (1959-1975), essencialmente uma guerra civil fratricida entre dois campos opostos por divergências ideológicas e políticas, agravadas pelo alinhamento e apoio internacionais aos Comunistas do Norte pela URSS, China e Coreia do Norte, e as forças do Sul favoráveis ao modelo liberal, fortemente apoiadas pelos EUA, que intervieram militar e abertamente no teatro das operações, sem, contudo, evitar a consagração da vitória efectiva do Norte, e a conseguinte reunificação do Vietname sob a bandeira comunista.
2. A Guerra da Coreia (1950-1953), que eclodiu em Junho de 1950 quando as forças militares da Coreia do Norte atravessaram o paralelo 38º, num acto tido de invasão da Coreia do Sul. Porém, a assinatura do armistício a 27 de Julho de 1953, e não um acordo de paz, alimenta a prevalência do estado bélico permanente na península coreana, com o Norte comunista e o Sul pró-liberal.
3. O Bloqueio de Berlim (1948-1949), quando a União Soviética restringiu o acesso terrestre da cidade aos ex-aliados ocidentais, nomeadamente, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido, que reagiram estabelecendo uma ponte aérea através da qual forneciam assistência aos seus moradores. Esta ponte durou 462 dias e terminou a 12 de Maio de 1949, com o levantamento da restrição. Contudo, doze anos mais tarde, a URSS construiu um muro que dividiu a cidade de Berlim em

duas partes, que foi demolido só a 9 de Novembro de 1989, simbolizando o fim da ocupação e início da reunificação da República Federal de Alemanha, em 1990, e da Guerra Fria (Agostinho, 2015)

Por conseguinte, se por um lado, a transferência de conflitos para zonas tidas como marginais ou terceiros países em relação ao conceito da guerra fria, teve o efeito positivo para as duas potências, mantendo válida a tese da Guerra Fria. Por outro lado, produziu efeitos perversos nos países para os quais transferiam, directa ou indirectamente, as suas contendidas ideológico-militares, tornando inteiras zonas marginais em campos de batalhas reais, o que contrariou a tese da ocorrência do desanuviamento através da co-existência pacífica à escala global defendida por Pascal Boniface (1997), acima descrita.

4.AMBIGUIDADE DO ENVOLVIMENTO DO OCIDENTE NO PERÍODO ENTRE 1960 E 1980 EM ANGOLA

Com a eclosão da Luta Armada de Libertação Nacional em Angola, a repressão das autoridades coloniais portuguesas não passou inobservada à comunidade internacional. Reconhecendo o emprego de armas da OTAN em Angola, o Reino Unido defendeu o não fornecimento de materiais bélicos a Portugal. Numa nota publicada pela Embaixada britânica em Lisboa, a 27 de Junho de 1961, podia ler-se que:

O Governo de Sua Majestade sente-se obrigado a reconsiderar atentamente a questão do fornecimento de armas a Portugal, à luz do considerável interesse do Parlamento e da opinião pública sobre o assunto. O governo decidiu que para exportar equipamentos militares do Reino Unido para Portugal, os seguintes princípios devam ser cumpridos: em primeiro lugar, os artigos a serem concedidos a Portugal metropolitano são apenas aqueles considerados como necessidades de alimentação de Portugal enquanto membro da OTAN e, portanto, continuarão a ser permitidos. Os itens que poderiam ser concedidos em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa serão normalmente rejeitados (Mateus e Mateus, 2011, p.194).

Dez anos mais tarde, isto em Novembro de 1973, os Países-Baixos, a Dinamarca e a Noruega protestaram, inclusive, a participação de Portugal na OTAN, porque, segundo eles, “o exército português utilizava armas da OTAN numa área não prevista pelo tratado” (Mateus & Mateus, 2011, p.198), prova bastante que, não obstante à ideia do não fornecimento de armas pelo Reino Unido a Portugal, este continuava a obtê-las e a utilizá-las nos territórios sob seu domínio colonial, para combater o já consolidado movimento armado anti-colonial em Angola ou em Moçambique.

No que toca aos Estados Unidos, se durante a Administração Kennedy viam-se sinais de condenação ao colonialismo e à repressão portuguesa a nível das Nações Unidas, a lógica das zonas marginais extensivas aos territórios sob ocupação lusa era fortemente sentida durante a Administração Nixon. Um forte sinal de contestação, face ao que esta ambiguidade terá induzido, “E. Charles Diggs, membro da comissão dos EUA nas Nações Unidas demitiu-se em protesto contra a hipocrisia da administração Richard Nixon sobre a África” (Mateus & Mateus, 2011, p.196).

Esta ambiguidade era transversal às demais administrações que se viram envolvidas na luta anticolonial dos movimentos angolanos, incluindo a própria Administração Kennedy, que votou favoravelmente à Resolução do Conselho de Segurança 163/61, de 9 de Junho, contrária à persistência do colonialismo português. Para Leslie Gelb (1975) “Em 1962, a

conselho da CIA, entre outros, o Sr. Roberto, cunhado do General Mobutu foi escolhido como futuro líder de Angola” (s/p).

Naquele contexto, a escolha de Holden Roberto implicou automaticamente deslegitimar o MPLA, que no início da década de 1960 não havia obtido apoio substancial de Cuba, pois, como demonstra George (2005) “seus guerrilheiros começaram a receber treinamento de instrutores cubanos e argelinos” (p.22) em Argel só em Fevereiro de 1963, enquanto o primeiro encontro directo entre Agostinho Neto e Che Guevara, em Brazzaville, que era a nova base dos guerrilheiros do MPLA após a crise interna vivida em Leopoldville, teve lugar a 5 de Janeiro de 1965, a fim de, segundo Taibo II (2016) “oferecer a solidariedade, segundo indicações de Fidel, ao nascente movimento revolucionário” (p.671).

Assim, enquanto a Administração Nixon apostou em zonas tidas marginais, a Administração Ford fomentou o apoio financeiro, militar e de *intelligence* à UNITA, a fim de minar a legitimidade do governo angolano, contrariamente à Administração Carter que era determinada, inclusive, a reconhecer o governo do MPLA. Enfim, a Casa Branca de Reagan foi igualmente ambígua, pois, de um lado, anulou os efeitos da Emenda Clark, e, por conseguinte, apoiou abertamente a causa da UNITA, de outro, promoveu uma saída negociada do conflito regional através da Fórmula de *Linkage*

[...] estabelecida na Administração Reagan, desde 1981, por Chester Crocker, Subsecretário do Departamento de Estado para os Assuntos Africanos, que ligou a independência da Namíbia ao fim da presença militar cubana em Angola, principal factor que norteou as negociações em diferentes fases (Agostinho, 2015, p.83).

Seja como for, nesta parte final da contenda, a posição da Administração Reagan, embora ambígua, era indispensável para o fim do conflito regional, como se revelou com a intermediação no imediato da Batalha do Cuito Cuanavale.

5.PRIMEIROS PASSOS DE DESANUVIAMENTO POLÍTICO EM CURSO NO IMEDIATO DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O falimento, pelo menos em termos de vitória militar do envolvimento directo dos Estados Unidos no Vietname, teve repercussões tais que obrigaram as autoridades políticas a adoptarem uma política externa mais atenuante dos efeitos e da sua imagem negativa a nível internacional. Daqui, os planos de Administração Ford de manutenção do apoio financeiro directo à UNITA foram congelados pelo Congresso que, através da Emenda Clark “aprovada definitivamente a 2 de Junho de 1976, proibia o envolvimento dos EUA no conflito civil angolano” (Agostinho, 2015, p.48). A Emenda Clark veio na sequência da Emenda Tunney de 19 de Dezembro de 1975, que proibia “qualquer utilização dos fundos para Angola, salvo se especificamente previstos no orçamento. Já em Junho de 1976, com a aprovação definitiva, a Emenda Clark deu à Emenda Tunney um carácter permanente, ou seja, significava o fim do apoio dos EUA a Savimbi e Holden Roberto, através do programa secreto” (*ibid*).

Estas duas leis federais constituíram, de facto, um primeiro passo de intenções do desanuviamiento político, quer bilateral entre Angola e os EUA, quer regional, por via da importância capital que estes últimos representavam para a causa da UNITA e de Angola para a causa da SWAPO e do ANC. Aliás, no âmbito dos esforços tanto dos Países da Linha da Frente, como da OUA, a visita do Senador estado-unidense, Dick Clark a Olusegun Obasanjo a 10 de Dezembro de 1976, foi uma mostra disto. Durante o encontro,

Obasanjo deu-lhe a conhecer que “Neto disse-lhe em Junho que queria melhorar as relações com os EUA” (Governo Federal Militar, 1976, s/p), que “não tinha dúvidas da sua sinceridade” (*ivi*, s/p) e que tudo “dependia dos EUA” (*ivi*, s/p), tudo isto em plena eficácia da emenda por si promovida e que levava o seu apelido.

Neste âmbito, a Administração Carter foi, talvez, a que se revelou não só menos ambígua, mas a mais pragmática e assertiva em termos de estabelecimentos de compromissos políticos e legais tendentes ao desanuviamento das relações bilaterais com efeitos regionais. Prova disto, foi a aprovação, com voto favorável dos Estados Unidos durante a sua administração, da Resolução do Conselho de Segurança 435/78, de 29 de Setembro, que exigia o fim da ocupação efectiva da Namíbia pela África do Sul do *Apartheid*. Trata-se de uma resolução que terá aplicação efectiva na pós-Batalha do Cuito Cuanavale, no âmbito dos Acordos de Nova York assinados a 22 de Dezembro de 1988.

A nível bilateral, destaca-se a criação do Grupo de Contacto entre Angola e Estados Unidos, que entre Dezembro de 1977 e Junho de 1978 levou o Embaixador estado-unidense Donald F. McHenry à Luanda, onde discutiu com o Ministro angolano das Relações Exteriores, Paulo Teixeira Jorge, questões ligadas as constantes incursões da África do Sul no território nacional e à oportunidade para o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois Estados. De facto, no encontro de 1977 o diplomata angolano questionou sobre a interrupção da discussão da normalização das relações com a Missão Permanente de Angola junto das Nações Unidas (República da África do Sul, 1977). Esta resposta veio, em qualquer modo, em 1998, quando entrevistado pela Associação dos Estudos Diplomáticos, relativamente ao reconhecimento da República Popular de Angola, McHenry afirmou:

[...] tivemos um debate sobre o reconhecimento, no governo Carter (...). Brzezinski não era uma pessoa favorável a reconhecimento. Ou, se o fizesse, teria de obter algo deles. Assim, cada vez que avançássemos no reconhecimento de Angola, ele encontrava uma forma de o impedir (...). É dessa forma que ele era um factor, geralmente em relação à Angola (ADST, 1998).

Apesar do não reconhecimento do governo angolano e do estabelecimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos durante a curta Administração Carter, os canais diplomáticos formais e informais estavam consolidados, a sociedade internacional estava cada vez mais unida em condenar o regime do *Apartheid* e a sua aliança com a UNITA. Inclusive, a rejeição da Emenda Clark pela Administração Reagan e o apoio aberto e directo à UNITA num contexto de distensão acelerado e da solidificação da República Popular de Angola, como importante actor para a estabilidade de toda a região Austral, teve efeitos menores, considerando o êxito da Batalha do Cuito Cuanavale.

Aliás, a “assinatura dos Acordos de Lusaka de 16 de Fevereiro de 1984, através dos quais, o regime (Sul-africano) comprometia-se em retirar as suas tropas do território angolano, desde que Luanda mantivesse um controlo das campanhas militares da SWAPO na província angolana do Cunene, ao sul do país” (Agostinho, 2018, p.82), ainda que tenham fracassado, foram uma prova bastante reveladora da distensão em curso na região no período anterior à Batalha do Cuito Cuanavale de 1988, fruto do equilíbrio de forças entre Angola e África do Sul.

6.DESANUVIAMENTO POLÍTICO PÓS-BATALHA PASSO DECISIVO PARA A ESTABILIDADE DA REGIÃO

A Batalha do Cuito Cuanavale foi o confronto final de uma série de ataques e contra-ataques das forças contendentes entre 15 de Novembro de 1987 e 23 de Março de 1988, no corredor entre Mavinga e Cuito Cuanavale, onde ocorreu o confronto final a 23 de Março de 1988.

Na óptica de Wolfgang (1998) a “De importância central parece ter sido a derrota militar e as perdas significantes da África do Sul nas batalhas de Cuito Cuanavale em 1987-8 («o Estalingrado da África do Sul»), a perda de superioridade aérea no sul de Angola e o avanço de tropas angolanas e cubanas até à curta distância da fronteira entre Angola e Namíbia” (p.144).

Desde logo, nos meses a seguir ao desfecho da batalha, as etapas que conduziram os Acordos de Nova York de 1988 foram essencialmente duas: a primeira consistiu na assinatura de acordos, a princípio, a 13 de Julho de 1988, em Nova Iorque, entre a República Popular de Angola, Cuba e a África do Sul, reconhecendo, entre outros, o papel mediador dos Estados Unidos; a segunda etapa consistiu na assinatura, a 5 de Agosto de 1988, pelas mesmas partes, do Protocolo de Genebra, que recomendava o cessar das hostilidades.

Nestas condições, com a assinatura dos acordos tripartidos de Nova Iorque, consumia-se o primeiro factor indispensável à efectiva distensão política na África Austral, já que, com ele, se marcou a materialização da Fórmula de *Linkage*, ou seja, a actuação da Resolução 435/78 e a consequente libertação da Namíbia, que proclamou a sua independência a 21 de Março de 1990; a calendarização da saída das tropas cubanas do solo angolano, cuja conclusão da Missão Internacional do seu Contingente Militar ocorreu em Maio de 1991, bem como o desmantelamento do regime do *Apartheid* e a ascensão do ANC no poder, em 1994, sob a liderança do liberto Nelson Mandela, numa África do Sul que para Desmond Tutu se era transformada em Nação Arco-íris, como afirma a sua neta, Mungi Ngomane, para quem “Foi meu avô que cunhou a expressão «Nação Arco-íris» para designar a África do Sul após eleições de 1994, de modo a evidenciar a unidade das suas culturas no seguimento do fim do *Apartheid*” (Ngomane, 2019, p.18).

Contudo, em termos do desanuviamento interno entre o governo de Angola e a UNITA, os Acordos de Nova Iorque não trouxeram a mudança do *status quo* bélico entre ambos, embora a distensão regional tenha fragilizado temporariamente o movimento do Galo Negro.

Aproveitando o clima de desanuviamento propiciado por estes acordos, foram realizados a Cimeira de Gbadolite, a 22 de Junho de 1989, seguida, no mesmo intento, pela Conferência de Harare, de 22 de Agosto de 1989. Em síntese, a cimeira de Gbadolite pugnou por “cessação de todas as interferências externas nos assuntos internos de Angola, cessar-fogo e cessação das hostilidades no interior de Angola com efeito desde meia-noite de 24 de Junho de 1989 (...) e formação de uma comissão para definir as modalidades para a implementação do plano, com vista à reconciliação nacional sob a mediação do presidente da República do Zaire” (Valentim, 2010, p.73).

O insucesso destas cimeiras foi cavalgado pelo sucesso da Troika de Observadores composta por mediadores representando Portugal, EUA e a URSS, estes dois últimos principais actores de referência para a UNITA e o governo de Angola, respectivamente, já que Cuba estava de saída da cena político-militar em Angola. Com efeito, contrariamente às duas cimeiras que não envolveram interacção directa de relevo entre os contendores angolanos, sob a mediação da troika registam-se os primeiros contactos directos entre a UNITA e o governo de Angola em Abril de 1990, que foram

determinantes para a elaboração e assinatura do cessar-fogo a 1 de Maio de 1991 entre Jeremias Chitunda, pela UNITA, e Lopo de Nascimento, pela República Popular de Angola, e dos Acordos de Bicesse selados formalmente por Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos a 31 de Maio de 1991, na testemunha do Secretário-Geral das Nações Unidas, Perez Cuellar, do Primeiro-Ministro português e anfitrião, Cavaco Silva, de James Baker III, pelos Estados Unidos, e de Alexander Bessmertnykh, pela União Soviética.

Portanto, se a nível regional a Batalha do Cuito Cuanavale teve impacto directo no desanuviamento e harmonização política entre Angola África do Sul e na independência da Namíbia, e na estabilidade regional, a nível interno não trouxe impacto significativo, à medida em que o conflito civil angolano continuou, inclusive, mesmo a seguir a implementação dos Acordos de Bicesse (Agostinho, 2015).

7. ENGAJAMENTO ECONÓMICO ENTRE A *PAX* REGIONAL DÉBIL E *PAX* REGIONAL FORTE

Urge distinguir os efeitos económicos em dois momentos: o primeiro ocorre entre 1988 e 1994, compreendendo a fase que designo *pax regional* débil, em que Namíbia e África do Sul tornam-se Estados independentes governados por movimentos autóctones, a SWAPO e o ANC, respectivamente. O segundo ocorre desde 2002, altura em que Angola realiza a sua *pax interna*, que representou o alcance efectivo da *pax regional* forte. Ou seja, a *pax regional* débil é caracterizada pelo fim de apartheid e o início de governos africanos naqueles dois países. Trata-se de uma paz débil visto que não materializou ainda todos os desígnios da justiça social para as populações locais. Já a *pax regional* forte é caracterizada pelo fim da guerra civil em Angola e pela aceleração do processo de integração económica regional na África Austral.

Durante o primeiro momento (1988-1994), assiste-se a dois fenómenos do tipo económico: o primeiro fenómeno consistiu na efectiva transformação do Movimento dos Países da Linha da Frente (MPLF), existente desde 1975 e integrado pela Tanzânia, Moçambique, Zâmbia, Angola e Zimbabwe, em Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), através da Declaração de Lusaka de 1 de Abril de 1980. Como se observa, aqui não aparece África do Sul do *Apartheid*, excluída de propósito como consequência da política de isolamento daquele regime praticada pelos países de ambos os mecanismos transnacionais e regionais. O segundo consistiu na transformação da SADCC em SADC, em 1992, e a incorporação a posterior da África do Sul «Nação Arco-íris» nos pre-existentes mecanismos transnacionais de coordenação política e de integração e desenvolvimento económicos, após o alcance da *pax regional* débil.

Durante o segundo momento, em curso desde 2002, com o alcance da *paz regional* forte, fruto dos Acordos do Luena de 2002, e da relativa estabilidade na RDC, em fase de transição democrática pós-Kabila Sr., a região transformou-se no epicentro da transformação continental e um dos motores do crescimento económico de África.

De facto, a criação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), através da Declaração de Windhoek de 17 de Agosto de 1992, por dez Estados-membros, designadamente, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe, e a sucessiva admissão da África do Sul em 1994, inserem-se no amplo processo de integração económica continental a luz do

Tratado de Abuja de 1991, que recomendava “Promover o desenvolvimento económico, social e cultural e a integração das economias africanas, a fim de aumentar a auto-suficiência económica, e promover um desenvolvimento endógeno e auto-sustentado” (OUA, 1991, p.8).

No entanto, a ascensão ao poder do presidente sul-africano Thabo Mbeki, em 1999, a região Austral, no geral, e África do Sul, em particular, tornaram-se num dos palcos da política de transformação continental, com o lançamento em Durban, em Julho de 2002, da União Africana, com foco mais virado para a promoção do desenvolvimento continental.

Thabo Mbeki, quer nas vestes de Presidente sul-africano, quer nas vestes de Presidente da SADC (1999-2000) foi protagonista do Programa de Milénio do Renascimento de África (MAP), que foi convergido em 2001 com o Plano Omega, do Presidente senegalês, Abdoulaye Wade, para dar azo a Nova Iniciativa de África (NIA), e ano mais tarde transformado em NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África), por sua vez, diluída em NEPAD-AUDA, a 18 de Novembro de 2018, pela União Africana, tendo como um dos objectivos “Coordenar e executar os projectos regionais e continentais prioritários para promover a integração regional rumo a rápida realização da Agenda 2063” (UA, 2018).

8. QUADRO MACRO-ECONÓMICO. CARACTERIZAÇÃO E DESAFIOS DA SADC

Partindo do pressuposto que a estabilidade política é factor essencial ao desenvolvimento económico das sociedades, vale a pena olharmos para alguns dados macro-económicos do período da vigência da *pax regional*, que é uma consequência do fim de apartheid, da estabilidade política e do advento da integração económica regional.

Embora o Relatório de 2021 do Banco Africano de Desenvolvimento para África Austral considere apenas 12 dos 16 Estados-membros actuais da SADC, a região é actualmente o “terceiro¹ maior contribuinte para o PIB de África, contabilizando 23,6% do PIB em 2019, depois da África Ocidental (28,4%) e do Norte de África (27,9%).” (AfDB, *ivi*, p. 1). A África do Sul, a maior economia da região, representa 60% do PIB da SADC, seguida por Angola, que “viu a sua parte no PIB regional cair de mais de 20 por cento em 2013 para cerca de 15 por cento em 2019” (*ibid*). Este decréscimo do PIB angolano insere-se numa conjuntura internacional e africana marcada pela contracção do crescimento económico. Aliás, o mesmo relatório indica que “Após uma expansão ininterrupta desde 2000 – com um crescimento médio do PIB real de cerca de 4,5% até 2019 – a economia da África sofreu uma contracção acentuada de 1,9% em 2020 devido à pandemia da COVID-19” (*ibid*).

Todavia, os estrangulamentos característicos das economias em vias de desenvolvimento e expostas às externalidades ditaram um passo de maior endividamento da região, pois, “Entre 2019 e 2020, a dívida pública em percentagem do PIB aumentou em média 13% na região, com os aumentos mais acentuados no Botswana (34%), na Zâmbia (25%) e na

¹ A SADC estima que a região possui “345 milhões de habitantes, USD 721,3 mil milhões de PIB” (SADC, 2022).

África do Sul (24%)” (*ivi*, p.32), e que “Angola, Maurícias, Moçambique, (...) Zâmbia e Zimbabwe – têm uma dívida superior a 80% do PIB em 2018-2020” (*ivi*, p.33).

Em termos numéricos e de fontes da dívida o relatório do Banco Africano de Desenvolvimento estima que “Em 2019 as maiores fontes de crédito para a região eram os mutuantes múltiplos (134 mil milhões de dólares), os obrigacionistas (79 mil milhões de dólares), e os credores bilaterais como a China (26 mil milhões de dólares) e os Estados Unidos (23 mil milhões de dólares). Os maiores beneficiários de empréstimos chineses na região foram Angola (15 mil milhões de dólares), Zâmbia (3 mil milhões de dólares), e África do Sul (2,3 mil milhões de dólares)” (AfDB, 2021, p.41).

Não obstante este quadro macro-económico, em termos sociais, assiste-se a um agravar dos níveis de pobreza para a maioria dos Estados-membros. Segundo o mesmo relatório, “Entre 2011 e 2018 Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zâmbia exibiram as taxas de pobreza mais elevadas da África Austral, medidas através da paridade do poder de compra de 2011 (...). As taxas variavam entre 58,7% na Zâmbia e 78,8% em Madagáscar” (AfDB, 2021: p.16). Porém, destes, apenas as “Maurícias não apresentavam pobreza extrema, com o rácio do número de habitantes pobres (medido a 1,90 dólares por dia) a descer de 0,6 em 2012 para apenas 0,2 em 2017” (*ibid*).

A somar a este quadro, constam a alta inflação e o baixo crescimento económico. O relatório Banco Africano de Desenvolvimento estima que a região “deverá crescer 3,2 por cento em 2021 e 2,4 por cento em 2022. Mas, esta recuperação será inadequada dada a contracção estimada de 6,3 por cento da região em 2020” (p.ix), com uma taxa de inflação regional que se espera “diminua de uma estimativa de 14,2% em 2020 para 9,4% em 2021 e 6,5% em 2022” (p.ix).

Objectivamente, este quadro reflecte a conjuntura africana e mundial caracterizada por profundas desigualdades sociais. Para Thomas Piketty, “A África Sub-sahariana, com 900 milhões de habitantes e um PIB de apenas 1800 mil milhões de euros (menor do PIB francês: 2000 mil milhões), é a zona económica mais pobre do mundo, com 2000 euro de PIB pro capita” (p.105).

Face a esta realidade macro-económica e social, questionar-se-ia se a integração regional, ocorrida no ambiente de desanuviamiento ou da *pax regional* forte, surtiu os efeitos desejados. Na realidade, além de constrangimentos objectivos ligados ao passado de injustiças coloniais, há igualmente os egocentrismos políticos que inibem o impacto das integrações em África, bem como o emprego de um modelo económico desajustado ao contexto da 4ª revolução industrial e tecnológica, que no conjunto, constituem desafios mais prementes no quadro da SADC.

Em primeiro lugar, em termos de injustiça social, mantêm-se os efeitos de *Apartheid* em termos distribuição da terra na África do Sul. De facto, “o Native Land Act, 1913, que destinou 7% do território nacional para os negros, os chamados Bantustões, que albergavam 75% da população, e 93% para os brancos que representavam menos de 10% da população” (Agostinho, 2015, p.74) continua actuante mesmo no pós-*Apartheid*, como foi demonstrado por dois estudos fundiários recomendados pelo governo sul-africano: o Land Reform, de 2017, que estima que “Brancos possuem 26.663,144 hectares ou 72% do total de 37.031,283 hectares de propriedades e explorações agrícolas por proprietários individuais. A população de cor possui 5.371,383 hectares ou 15% da terra. Os índios possuem 2.031,790 hectares ou 5% da terra. Os africanos possuem 1.314,873 hectares ou 4% de terra” (South African Government, Land Reform, 2017).

E o Relatório do Painel Consultivo sobre Reforma Agrária e Agricultura apresentado a 4 de Maio de 2019, que confirmou os mesmos dados, isto é, que “Atualmente, cerca de 72% da terra é detida em regime de propriedade privada e arrendado, enquanto 14% é detida pelo Estado e outros 14% são detidos em termos do direito consuetudinário” (Expert Advisory Panel, 2019, p.41).

Esta desigual distribuição da terra, bastante comum na África Austral, sobretudo no Zimbabwe (anterior à reforma fundiária de Mugabe da década de 2000), Namíbia e África do Sul, curiosamente lá onde os regimes minoritários constituíram governos relativamente autónomos das suas respectivas metrópoles europeias, confirmam a tese segundo a qual o fim de *Apartheid* não eliminou de todo os seus efeitos. Isto é, terminado em 1994, para Ngomane (2019) “ainda hoje a África do Sul combate os seus efeitos” (p.25).

Em segundo lugar, em termos de egocentrismos políticos nacionais, que para Cheikh Anta Diop (1974) “estão a matar a África” (p.92), isto resulta do facto que os Estados-nacionais, preferindo manter as suas soberanias fortes, impedem implicitamente a integração económica e política *tout court*, com efeitos negativos na realização do comércio intra-regional. Nisto, a nível da SADC, o seu Relatório Anual 2020-2021 estima que “o comércio intra-SADC, contudo, permanece significativamente baixo, em cerca de 19% em comparação com outras regiões como a Ásia (30%) e a UE (60%) (p.10). O relativo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030, aprovado em Agosto de 2019, como “um quadro coerente e abrangente para a implementação da agenda de integração regional da SADC para os próximos 10 anos” (SADC, 2021: p.21), sem contemplar a transferência de determinadas competências dos Estados à SADC, pode correr o risco de ser um mero plano de intenções, como aconteceu nas últimas décadas.

Em terceiro lugar, a falta de diversificação das economias nacionais e a persistência de uma economia assente mais na exportação de matérias-primas e menos na inovação, constituem ulteriores agravos ao empatamento que caracteriza o quadro económico e social na região, em particular, mas em todo o continente, em geral.

Aqui, o sucesso do desenvolvimento da China, cujo passado colonial torna-o mais próximo ao continente africano, pode servir de modelo para a região e para o continente. Isto é, dentre as medidas de reformas económicas operadas desde finais da década de 1970, consta uma aposta estruturada num modelo de desenvolvimento assente na realidade social e nas condições objectivas chinesas, bem como no crescimento económico assente na inovação tecnológica constante. Para Xi Jinping (2014) “O modelo de desenvolvimento extensivo caracterizado pelo crescimento económico impulsionado principalmente por factores de produção como os recursos naturais não é sustentável” (p.132).

Portanto, esta visão da China, que reconhece que o desenvolvimento económico ligado às matérias-primas não é sustentável, quando as autoridades políticas africanas continuam dependentes delas, inclusive usam-nas como garantias para o endividamento para com a China, deveria constituir uma chamada de atenção e reflexão aos decisores políticos regionais e continentais. De facto, contrariamente ao continente africano que continua na cauda do desenvolvimento económico, esta abordagem inovadora da China garante-lhe saltos de qualidade permanentes, atingindo em 2012 “o PIB per capita de cerca “8000 euros, (...) não muito distante da média mundial” (Piketty, 2016, p.105), que em 2020 passou para 10.434,775 dólares, segundo dados do Banco Mundial.

9. CONCLUSÃO

O desfecho da Batalha do Cuito Cuanavale conduziu aos Acordos de Nova Iorque de 22 de Dezembro de 1988, e estes à aplicação do *Linkage* e da Resolução 435/78, de 29 de Setembro, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta nova realidade regional determinou a concretização dos processos de integração económica regional, que não teriam sido possíveis sem o fim do apartheid e do conflito armado em Angola.

O desenrolar desta correlação acontece em dois momentos.

No primeiro momento, entre 1988-1994, quer a aplicação do *Linkage*, quer da resolução, trouxeram o desanuviamento político de carácter regional entre Angola, África do Sul e a Namíbia, por mim considerado como *pax regional* débil, na medida em que, a nível interno, sobretudo de Angola, os acordos não alteraram o *status quo* bélico permanente entre o Governo de Angola e a UNITA.

No segundo momento, o fracasso das primeiras iniciativas no sentido do desanuviamento interno, nomeadamente, a conferência de Gbadolite e a de Harare, ambas de 1989, conduziram a histórica Troika de Observadores (Estados Unidos, Portugal e Rússia, em substituição da União Soviética) que resultaram, de facto, nos Acordos de Paz de Bicesse, de Maio de 1991 e que deram ao país uma paz temporária até a eclosão do conflito pós-eleitoral em Outubro de 1992. Contudo, o alcance da *pax regional* forte acontece somente em 2002, com a assinatura dos Acordos do Luena entre a UNITA e o Governo angolano, que garantiram a estabilidade política em Angola.

Sendo a paz e a estabilidade política quesitos essenciais para o desenvolvimento económico, a SADC, criada em 1992 como um meio institucional com vista a realização do desenvolvimento económico, em observância da estratégia conjunta de África subscreta ao Tratado de Abuja de 1991, acelerou os passos para a sua integração com a partir do advento da *pax regional* forte.

Todavia, a região depara-se com enormes desafios macro-económicos que fragilizam o bem-estar das suas populações. Apesar do *boom* económico registado na primeira década de 2000, sustentado pelo aumento do preço das matérias-primas no mercado internacional, sobretudo do petróleo, de que Angola é o principal produtor da região, o crescimento económico não se traduziu no desenvolvimento sustentado, em parte, por apostar num modelo económico assente na exportação de matérias-primas, numa conjuntura internacional bastante volátil e incerta.

Além disto, a persistência de níveis bastante inferiores do comércio intra-SADC se comparados com os do comércio externo a partir da mesma região com a Ásia e a UE, a falta de um mercado comum e de política monetária e fiscal coordenada entre os 16 Estados-membros, bem ainda a não aposta numa economia assente na ciência e na inovação, tudo isto não só cria estrangulamentos ao desenvolvimento sustentável, como também não garante o desenvolvimento humano, cujos níveis de pobreza aumentaram nos últimos anos na região.

Com vista à materialização do seu desenvolvimento económico, se o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030, que se propõe a fomentar a integração regional na década em curso, não contemplar a transferência daquelas prerrogativas soberanas para a SADC, os egoísmos políticos prevalecerão, e o RISDP pode transformar-se em mais um falimento conjunto de toda a região Austral.

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostinho, I. (2015). *A batalha do Kuito Kuanavale e o desanuviamiento político da África Austral*. Roma: Edizione Nuova Cultura.
- Agostinho, I. (2018). *Angola, formação e democratização do Estado*. Roma: Edizione Nuova Cultura.
- Agostinho, I.(2018). *Metodologia delle Relazioni Internazionali*. Cenni concettuali generali. Roma: Edizioni Nuova Cultura.
- Arquivos da República da África do Sul.Angola: *Discussion With Foreign Minister Jorge*, 1 de Dezembro de 1977.
- Arquivos de Governo Federal Militar. *FMG gearing up for OAU Summit on Angola*, 5 de Janeiro de 1976.
- Boniface, P. (1997). *Dicionário das Relações Internacionais*.1ª Ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Da Silva, F. C. T. (2004). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Diop, C. A. (1974). *Black Africa. The Economic and Cultural Basis for a Federated State. Expanded Edition With an Interview by Carlos Moore*. Chicago: Lawrence Hill Books.
- George, E. (2005). *The Cuban intervention in Angola, 1965–1991: from Che Guevara to CuitoCuanavale*. New York: Frank.
- Jinping, X. (2014). *The Governance of China*. Beijing: Foreign Languages Press Co.Ltd.
- Mateus, D.C. e Mateus, A. (2011). *Angola 61: Guerra Colonial. Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. 2ª Ed. Cortova: Texto Editores.
- Mette, B. (2010). *Teaching multi-methodology research courses to doctoral students. International Journal of Multiple Research Approaches*, 4(1),20-21. <https://doi.org/10.5172/mra.2010.4.1.019>.
- Ngomane, M. (2018). *Ubuntu. La via Africana alla felicità*. Milano:Rizzoli.
- Oliveira, R. G. de, et al. (2022). *Metodologia de Contextualização da Aprendizagem para a Promoção de uma Avaliação Construtiva. Cadernos da Pedagogia*, 16(34),4-11.<https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1812>.
- Piketty, T. (2016). *Il capitale nel XXI secolo*. Milano: Bompiani.

Taibo II, P. I. (2016). *Senza perdere la tenerezza. Vita e morte de Ernesto Che Guevara*. Milano: il Saggiatore.

Thomashausen, A. (2002). *Angola: the role of the International Community*. *SA Journal of International Affairs*. Special Edition.

Valentim, J. (2010). *Caminho Para a Paz e Reconciliação Nacional. De Gbadolite a Bicesse (1989-1992)*. 1ªEd. Luanda: Mayamba Editora.

Wolfgang, D. (1998). *Uma Nova Política Exterior depois do Apartheid - Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 41 (1): 133-161.

Sitografia

ADST Website (1998). *Ambassador Donald F. Mchenry, October 1, 1998*. Disponível em: <https://adst.org/OH%20TOCs/McHenry,%20Donald%20F.toc.pdf>.

AfDB (2021). *Southern Africa Economic Outlook 2021. Debt Dynamics: The Path to Post-COVID Recovery*. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/southern-africa-economic-outlook-2021>.

Banco Mundial (2022). *GDP per capita (current US\$) – China*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN>

Dag Hammarskjöld Library (2022). *Meetings conducted by the Security Council in 1978*. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/1978>.

Expert Advisory Panel (2019). *Final Report of The Presidential Advisory Panel on Land Reform and Agriculture. For His Excellency the President of South Africa*. 4 May 2019. Disponível em: <https://www.gov.za/documents/final-report-presidential-advisory-panel-land-reform-and-agriculture-28-jul-2019-0000>.

Gelb, L. (1975). *U.S., Soviet, China reported aiding Portugal, Angola. September 24, 1975*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1975/09/25/archives/us-soviet-chinareported-aiding-portugal-angola-secret-funneling-of.html>

OUA (1991). *Treaty Establishing the African Economic Community*. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/en/aec/trt_aec.pdf.

SADC (2021). *Relatório da SADC 2020-2021*. Acessível em: <https://www.sadc.int/documents-publications/show/9145>.

_____(2022). *SADC Facts & Figures*. Disponível em: <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-facts-figures/>.

South Africa.South African Government (2017). *Land Reform*. Disponível em: <https://www.gov.za/issues/land-reform>.

UA (2018). *Mandato da Agência de Desenvolvimento da União Africana*. Disponível em: <https://au.int/decisions/decisions-11th-extraordinary-session-assembly>.